

Economistas descartam caos até a posse

Helival Rios

Não vai haver nenhum caos na economia entre o final do governo Sarney e a posse do novo presidente da República. É a opinião de diversos economistas consultados pelo **Jornal de Brasília**. Qualquer que seja o próximo presidente da República, as primeiras medidas a serem adotadas contra a crise econômica serão praticamente as mesmas, passando pela ortodoxia do reajuste fiscal, controle dos meios de pagamento e renegociação das dívidas internas e externas.

O professor Carlos Arthur Passos, presidente do Conselho Federal de Economia, disse que o catastrofismo antevisto no calor da campanha do primeiro turno não aconteceu e nem vai acontecer. No início do próximo Governo, contudo, adverte, será necessário adotar medidas duras. Qualquer que seja o próximo presidente, afirma, ele terá que ministrar remédios amargos, como cortar subsídios e incentivos. Diz o professor que nenhum governo poderá, em 1990, praticar uma política salarial generosa.

Diz ainda o professor Passos que, com relação à dívida pública interna, o governo e as empresas sabem que se encontram hoje numa armadilha mútua que terá de ser desmontada. A rolagem dessa dívida pública a cada dois dias, como vem sendo feita, será inevitável, já no início do próximo Governo. Quem estiver de posse desses títulos vai ter de aceitar uma política de lucros cessantes, que é melhor que prejuízo total.

Interpelado sobre se as eleições no próximo ano não podem atropelar o programa de ajuste econômico do Governo, que pode ser tentado a gastar mais para neles formar uma grande bancada no Congresso Nacional, Passos diz não crer nessa hipótese. Entende que se o próximo presidente da República não optar por um tratamento austero na economia, não vai conseguir eleger sequer um deputado.

Choque

O mercado financeiro e os empresários têm já certeza de uma coisa: qualquer que seja o próximo governo, ele vai determinar um tratamento de choque na economia, tão logo tome posse. A opinião é do presidente do Conselho Regional de Economia de Brasília (Corecon), Aldo Luís Mendes. Ele acha que haverá choque e congelamento. "O que não se sabe é a forma como isso será feito", afirma.

Aldo não crê no descontrole da inflação, neste final de governo. Ele teme, muito mais, o que vai acontecer com a inflação no início do próximo Governo, exatamente porque todos esperam um choque. Os empresários vão querer se antecipar nos reajustes de preços.

Aldo Mendes acha que qualquer que seja o próximo governo, ele vai acabar optando por um choque no estilo ortodoxo, muito pare-

cido com o Plano Cruzado e o Plano Verão. Apenas terá de praticar juros menores.

Independentemente também do vencedor no segundo turno, o economista entende que os salários não vão ter ganhos reais. Essa política de contenção salarial — estima — seria mais difícil de ser praticada, obviamente, se o candidato vitorioso fosse Lula, da Frente Brasil Popular, porque a aplicação dessa política cairia em total contradição com a campanha. Mas fazer uma política salarial vantajosa para os trabalhadores seria acirrar a guerra preços-salários. Essa evidência traria grandes problemas para o novo governo.

Do mesmo modo que o presidente do Conselho Federal de Economia, o presidente do Corecon acha que em função das coligações que terão de ser realizadas para o segundo turno, muitos programas terão de ser rasgados, sendo adaptados a novas idéias vindas das forças coligadas. Entende Aldo Mendes que as idéias das forças que se agrupam aos vencedores do primeiro turno das eleições podem até

“No início do próximo Governo, será preciso adotar medidas duras. Qualquer que seja o próximo Governo, ele terá que administrar remédios amargos, como cortar subsídios e incentivos. Sem generosidade salarial”

prevalecer nos programas, como acha que seria o caso de uma provável coligação do PRN, partido do candidato Collor de Mello, como o PSDB, de Mario Covas. Nesse caso, prevaleceriam as idéias de um choque ortodoxo, seguido de congelamento de preços e salários.

Mas seja quem for o governo, entende o presidente do Corecon, ele vai suspender o pagamento da dívida externa e alongar o perfil da dívida pública interna, porque não é possível continuar acontecendo como em setembro último, quando o governo gastou com os encargos da dívida (fora a correção monetária), NCz\$ 8,8 bilhões, um valor praticamente igual ao da arrecadação.

Incerteza

O professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), acha que o Brasil corre o risco de seguir os passos do presidente Carlos Menem, da Argentina, que saiu de uma expectativa altamente favorável de combate à inflação para uma situação de novas incertezas.

Para Munhoz, o erro fundamental da política econômica de Carlos Menem foi o de não ter defi-

nido nenhum corte na estrutura de custos da economia, com o que tornou praticamente inviável o combate à inflação.

Se o próximo governo quiser, de fato enfrentar a inflação e a crise da estagnação de investimentos, segundo o professor Dércio Munhoz, terá de promover uma política de rendas. Basicamente, essa política terá de ser feita retirando-se os US\$ 40 bilhões de ganhos excedentes do mercado financeiro para os salários e o setor produtivo.

Dércio Munhoz acha absurda a atual política econômica do ministro Mailson da Nóbrega, baseada na manutenção de elevadas taxas de juros, que neutraliza, pelos custos adicionais do serviço da dívida pública interna, qualquer esforço de ajuste fiscal.

Dércio Munhoz acha, inclusive, que a atual política econômica está criando obstáculos gravíssimos para o próximo governo, principalmente com relação à política da dívida pública interna. Para Dércio Munhoz, se o próximo governo não implodir a especulação financeira e essa atual política de juros altos, o Brasil não conseguirá sair da crise econômica.

Prejuízos

Qualquer que seja o próximo presidente da República, ele vai ter de enfrentar uma queda na produção agrícola e uma queda na área plantada em 1990. A advertência é do deputado Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura e atual presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Segundo Paulinelli, o atual governo adotou, principalmente este ano, uma política perversa para com o setor, comprometendo de forma irreversível os seus resultados para o próximo ano.

Através de uma política de controle de preços, o governo não permitiu que os preços dos produtos agrícolas acompanhassem os seus custos, descapitalizando o produtor. Além disso, não liberou crédito para comercialização e manteve elevados custos financeiros para o financiamiento da safra do próximo ano, cujo plantio teve início a 20 de outubro e vai até o final deste mês.

Há, ainda, uma leve esperança de que o governo tente consertar isso que está aí — diz o deputado Paulinelli. Mas, de qualquer forma, os resultados da safra de 1990 já estão irreparavelmente comprometidos.

Sobre o próximo presidente da República, Paulinelli assinala que, a julgar pelos programas e propostas apresentados pelos candidatos, todos eles dizem que darão prioridade à agricultura. "Mas vamos ter de esperar para ver se isso é verdade, pois o Figueiredo também dizia isso, mas deu prioridade foi para fazer com que a agricultura pagasse a dívida do País, comportamento que foi seguido pelo governo Sarney, que também dizia que a agricultura seria prioritária.